

A educação como fator de desenvolvimento regional

Education as a factor of regional development

Flávio Elizario de Sousa¹

Mariane Freiesleben²

Resumo

O tema que norteia este artigo relaciona educação e desenvolvimento regional. Sendo o objetivo central deste propiciar elementos para uma análise bibliográfica de vários autores, destacando as contradições de pensamentos que fortalecem as conclusões acerca do assunto. A metodologia utilizada baseou-se numa pesquisa que se caracteriza como exploratória, a partir da literatura de diversos autores de artigos e livros. Ao longo do estudo foi possível perceber que as implicações e o alcance do desenvolvimento regional variam de acordo com a definição de uma região, e de como ela e seus limites são percebidos internamente e externamente. Pontuando que, atualmente, tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento do país, e reconhecendo ser a produtividade, o resultado desse conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias. Concluiu-se que a educação empodera o indivíduo, propiciando o progresso tecnológico e a eficácia na produção, aperfeiçoando e qualificando-o cientificamente de forma a atender a demanda regional que impulsiona o desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento; Educação; Região.

Abstract

The theme that guides this article relates to education and regional development. The main objective is to provide elements for a bibliographic analysis of several authors, highlighting the contradictory thoughts that strengthen the conclusions about the subject. The methodology used was based on a research that is characterized as exploratory, from the literature of several authors articles and books. Throughout the study it was possible to perceive that the implications and scope of regional development vary according to the region definition, and how the region and its limits are perceived internally and externally. Pointing out that education is currently one of the most important areas for the country's development, and recognizing that it is productive, it is means for knowledge result, also efficiency and transformation of techniques and technologies. It was concluded that education empowers the individual by fostering technological progress and improved productivity, scientifically perfecting and qualifying it, looking for meeting the regional demand that drives development.

Keywords: Development; Education; Region.

¹ Mestrado-profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Gestão Pública e Sociedade pela UFT. Graduado em Administração pela mesma instituição. Atualmente é Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. *E-mail:* flavioelizario@ifto.edu.br

² Mestre em Ciências do Ambiente pela Universidade Federal do Tocantins (UFT). Especialista em Metodologia do Ensino da Geografia Aplicada ao Planejamento Ambiental. Graduada em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão. Autora de material para curso de extensão a distância. Atualmente ministra aula no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO). *E-mail:* mariane@ifto.edu.br

O tema que norteia este artigo relaciona educação e desenvolvimento regional, uma vez que seria a educação um fator preponderante para o desenvolvimento local, regional e/ou mundial. O objetivo central deste artigo é propiciar elementos para uma análise bibliográfica de vários autores, destacando os desvios que viabilizam as conclusões acerca do assunto.

Entende-se que o planejamento regional deve basear-se em estudos científicos com metodologia adequada, e muito tem se discutido sobre as finalidades da administração científica. Com o intuito de garantir o melhor custo/benefício aos sistemas produtivos, Taylor (1995), baseado na pirâmide social, evidencia que os trabalhadores por meio da sua renda, poderão melhorar seu padrão de vida. O autor também argumenta sobre a possibilidade do trabalhador, por meio de seu trabalho e renda, desfrutar de uma vida familiar e social mais feliz e, além disso, de também usufruir de condições de trabalho salutar, tanto social como individualmente satisfatórias.

Visto que os mesmos princípios adotados por Taylor conciliam os interesses dos patrões e empregados, tal visão foi muito criticada por essas iniciativas, e Chiavenato (2011) alerta que, apesar das críticas à obra de Taylor, esta forneceu embasamento para a moderna organização do trabalho, e esclarece que:

A obra de Taylor é susceptível de críticas que não diminuam o mérito e o galardão de pioneiros e desbravadores da nascente teoria da Administração. Na época, a mentalidade reinante e os preconceitos, tanto dos dirigentes como dos empregados, a falta de conhecimento sobre assuntos administrativos, a precária experiência industrial e empresarial não apresentava condições propícias de formulação de hipóteses nem o suporte adequado para elaboração de conceitos rigorosos (CHIAVENATO, 2011, p. 65).

Uma vez que o mesmo enfoque também é utilizado pelo índice que mede o desenvolvimento

Humano (IDH), uma medida importante foi concebida pela Organização das Nações Unidas (ONU), sendo calculada de forma sintética e com simples aplicação. Além disso, é formada por três elementos essenciais: a longevidade, grau de escolaridade e renda per capita, e que igualmente apesar de críticas continua sendo o principal instrumento de medição para o desenvolvimento econômico de um país (MACHADO; PAMPLONA, 2008). Como se trata de duas visões amplas, porém com discernimento sobre o tema, cogita-se ser o Estado e a educação os principais potencializadores na ação do desenvolvimento regional.

Para isso, utilizou-se na construção deste artigo uma metodologia baseada na pesquisa, que se caracteriza como exploratória, a partir da literatura de diversos autores de artigos e livros, chamando a atenção para o fato de ter acentuado o mesmo caminho da maior parte da literatura encontrada, no sentido da importância da educação no direcionamento do desenvolvimento regional.

1 O Estado como Principal Agente do Desenvolvimento

De início, no artigo de Cavalcante (2007), encontram-se afirmações sobre o desenvolvimento regional, onde as principais teorias estudadas abordam ser a industrialização um dos principais meios para se alcançar o desenvolvimento, já que suas relações em cadeia impulsionam as principais atividades econômicas da região atingida. Mas Durkheim (1999) alerta que essas relações também contribuem para o enfraquecimento da consciência coletiva e das crenças comuns manifestadas nas similitudes, nos costumes e nos hábitos que ocorreram na solidariedade contratual, aumentando também o desenvolvimento em

volume e densidade da divisão do trabalho, o que propicia a necessidade de agentes na construção deste desenvolvimento.

Como a organização da sociedade vem da divisão social do trabalho, tem-se uma solidariedade orgânica, uma socialização, um grau de consenso produzido entre os indivíduos, um cimento que os une, decorrente do desenvolvimento e da diferença dos papéis sociais (DURKHEIN, 1999) – fato que coloca o Estado como o “cérebro-espinhal” do organismo social, cujo poder regulador ramifica-se numa difusão constante e crescente por toda extensão da vida social, por meio de códigos, regras jurídicas e instituições. Posteriormente, com o poder da “tutela”, passa a representar o instrumento real do mecanismo da sociedade industrial (DURKHEIN, 1999).

Pode-se mencionar Polany (2000) que afirma ser o Estado, que criou o comércio interno na Europa Ocidental, sendo chamado de comércio municipal, e funcionando como um comércio de vizinhança, de forma que o comércio a longa distância não podia infiltrar-se de qualquer maneira, devido às barreiras criadas pelo Estado, que impedia a competitividade, mas favorecia o mercado nacional. Deixando claro que sem a intervenção estatal no comércio, não haveria desenvolvimento deste. Dessa forma, Fligstein e Dauter (2012) afirmam que, de acordo com a teoria institucional³, a troca mercantil contratual depende do Estado para definir e sancionar as regras e também os produtos que são apropriados para troca.

Para Fligstein (2003), os mercados e o Estado estão fortemente ligados, pois a legitimidade dos

³ Segundo esta teoria as organizações são levadas a incorporar as práticas e procedimentos definidos pelos conceitos que predominam no ambiente organizacional e que estejam institucionalizados na sociedade (FLIGSTEIN; DAUTER, 2012).

O Estado é uma organização de natureza política, constituído por leis que regulamentam a vida em sociedade.

mercados é dada pelos Estados que, por meio das políticas implantadas, intervêm nos mercados (formação, estabilização e transformação), assim como o próprio desenvolvimento mundial que ao longo do tempo sempre adotou instituições como, por exemplo, a ONU⁴, o BIRD⁵ e o FMI⁶, que atuam como organismos maiores de controle e organização de desenvolvimento para o mundo, fomentando por meio de relatórios e alternativas para os países mais pobres (MADUREIRA, 2015).

Assim é possível concluir que o Estado é uma organização de natureza política, constituído por leis que regulamentam a vida em sociedade, e tem como um dos objetivos principais realizar fins de forma a sanar as necessidades da vida do homem, na busca pelo bem-estar comum.

2 O que se Entende por Desenvolvimento Regional

Desenvolvimento regional é o fornecimento de ajuda e assistência a outras regiões que são menos desenvolvidas economicamente, realçando o resultado das políticas de desenvolvimento

⁴ Organização da Nações Unidas.

⁵ Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento.

⁶ Fundo Monetário Internacional.

global, considerando em seus objetivos um equilíbrio racional da utilização e dinamização de um território, podendo ser de natureza nacional ou internacional, geralmente desenvolvido pelo aparelho Estatal (IPEA, 2010).

As implicações e o alcance do desenvolvimento regional variam de acordo com a definição de uma região, e de como a região e seus limites são percebidos internamente e externamente. Por isso, pensar em desenvolvimento regional é alocar a participação da sociedade local no planejamento contínuo da distribuição dos frutos e ocupação do espaço neste processo de crescimento (OLIVEIRA; LIMA, 2003).

Entre as teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional, temos: a teoria da localização, que, baseada nos baixos custos com transportes, impulsiona o crescimento econômico; e a teoria dos lugares centrais fundamentada nos fatores de aglomeração, que se justifica por meio da indústria como impulsionadora de polos de crescimento heterogêneos no espaço geográfico, onde o crescimento possui intensidades variáveis diversificando os canais e efeitos finais sobre a economia (CAVALCANTE, 2007, CIMA; AMORIM, 2007). E são justamente estas teorias do desenvolvimento regional que viabilizam o suporte às políticas econômicas que impulsionam a sociedade regional.

Pode-se mencionar também os objetivos do desenvolvimento regional que ao longo do tempo foram modelados, de forma a atingirem atualmente fundamentações nos seguintes aspectos: 1) combater as assimetrias regionais; 2) aproveitar os recursos e potencialidades endógenos das regiões; 3) promover o ordenamento do território; 4) garantir a participação dos cidadãos na resolução dos problemas regionais (DINIZ, 2009). Tais objetivos se fundamentam na condição de que

O desenvolvimento regional é uma necessidade de gerir eficazmente os fatores de desenvolvimento.

a aplicação do desenvolvimento regional deve atentar-se a melhorias que facilitem a elaboração de um conjunto de medidas de incentivo e suporte necessário ao crescimento econômico da região.

Ainda convém lembrar que o ramo da ciência que se dedica ao estudo do Desenvolvimento Regional, juntamente com suas teorias, apresenta o Estado como um importante fomentador desse processo.

Para Cavalcante (2007, p. 29):

Em que pese a redefinição do seu papel no período recente, o Estado dispõe ainda de instrumentos de intervenção que vão da provisão de infraestrutura à concessão de benefícios fiscais e financeiros, e não parece haver ainda indicações claras quanto ao efetivo papel que poderia ser desempenhado por cada um desses instrumentos nos esforços para a promoção do desenvolvimento regional. Por essa razão, uma estratégia voltada para a promoção do desenvolvimento econômico e social de espaços subnacionais terá que ser necessariamente individualizada, não havendo uma diretriz única aplicável a todas as regiões.

Entende-se assim que o desenvolvimento regional é uma necessidade de gerir eficazmente os fatores de desenvolvimento, com o melhor uso dos recursos, a garantia de uma maior participação dos diferentes atores e também com a busca de soluções para os problemas criados pela dinâmica da economia global, principalmente no tocante aos desequilíbrios espaciais.

Nesse sentido, para um melhor entendimento, conclui-se que os grandes protagonistas desse processo são os atores locais, na formulação de estratégias, tomada de decisões econômicas e em sua implementação, pois o desenvolvimento regional é o conjunto dos diferentes desenvolvimentos locais, não se resumindo a um processo de estímulos nacionais em uma dada localidade. Todavia, de acordo com Madureira (2015), onde o Estado utiliza as teorias do desenvolvimento regional para dar suporte às políticas que aplica na sociedade, faz-se necessário também levar o conhecimento para os atores locais, que, desta forma, poderão agir adequadamente, buscando entendimento e garantindo escolhas eficientes para a gestão local e ou regional.

3 A Educação como Influência para o Desenvolvimento Regional

Nos livros de história é relatado como foi a construção do Estado nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos. No caso dos países desenvolvidos, temos construções democráticas com a participação popular, é também nestes países que ocorreram importantes movimentos, como o Renascentismo, que os príncipes valorizaram a cultura, e o Iluminismo em que defendiam o uso da razão, pregando maior liberdade econômica e política. Por conseguinte, esses movimentos apoiados no desenvolvimento do conhecimento, entretanto não são observados movimentos tão instigadores pelo mundo do conhecimento, da valorização da cultura nos países subdesenvolvidos (CUTRIN, 1997; VICENTINO; VICENTINO, 2016; COTRIM, 2016).

Entende-se que as normas que orientam a vida dos indivíduos na sociedade, e que passam de geração a geração são denominadas **fatos**

sociais, e é essa consciência coletiva que rege uma comunidade, assim como se compreende também que um conjunto de costumes, por sua vez, resulta na forma de uma sociedade agir de um ser para com o outro. Por isso, nossa sociedade é marcada por uma altíssima divisão do trabalho social, perante a interdependência entre os indivíduos que são resultantes da especialização, podendo assim ser denominada solidariedade orgânica (DURKHEIN, 1999).

O fato de se viver em sociedades complexas, bem como conviver com diferentes interesses e conflitos, resulta numa coexistência que passa a ser administrada por meio de interesses públicos. Foi neste sentido que surgiu a política, com o intuito de propiciar o bem comum dos cidadãos, integrando a sociedade. Os fatos sociais estão na sociedade e caso os indivíduos não se adaptem às regras da sociedade existirão sanções. Assim também acontece no contexto da educação, onde, do mesmo modo, é possível observar o papel de produção e reprodução do ser social, seja no contexto familiar ou social (amigos e escola), pois consiste num esforço contínuo de imposição à criança de maneiras de ver, sentir, ideias a seguir e formas de agir, às quais ela não teria chegado espontaneamente (DURKHEIM, 1999).

No momento atual, tem-se na educação um dos âmbitos mais importantes para o desenvolvimento do país, pois ela atua como valorização e empoderamento dos cidadãos, permitindo o fortalecimento e a eficácia das redes de capital social e priorizando o desenvolvimento regional (NAZZARI et al., 2004). Por meio da aquisição de conhecimentos o indivíduo aumenta sua renda, sua qualidade de vida e conseqüentemente ocorre o crescimento da nação, ainda que seja um processo lento e necessite de constantes ajustes.

Para Nazzari et al. (2004, p. 3), “O capital social apresenta-se como uma alternativa para superar os valores sociais e culturais que impedem a adaptação de políticas sociais que visem o bem comum”. Este pensamento coloca a política como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam as relações de poder buscando a resolução pacífica dos conflitos relacionados aos bens públicos, às relações sociais.

A importância da educação e os efeitos benéficos dela aos ambientes sociais e econômicos também são discutidos por Adam Smith (2012, p. 167), que afirma:

Considera-se como algo de grande importância que um número adequado de jovens seja educado em certas profissões, propósito para o qual foi criada, às vezes pelo Estado, às vezes pela caridade de entidades privadas, uma quantidade de pensões, bolsas de estudo etc., que atiram nessas carreiras muito mais gente do que as que pretendiam seguir em condições normais. [...] Os que seguem tal carreira nem sempre, então, conseguem uma recompensa proporcional a uma educação que leva tanto tempo, estudo e despesa, pois a igreja se vê abarrotada de gente que, para obter emprego, está disposta a aceitar uma remuneração muito inferior a que poderia de outro modo aspirar, com uma educação análoga; e assim a concorrência dos pobres arrebatava a remuneração dos ricos.

Entende-se que neste caso a preocupação educacional aponta pela via da qualificação, cujo papel central é o aumento da produtividade, onde a maioria da população se presta a exercer atividades rotineiras, de baixa capacidade intelectual, isso porque, de acordo com Smith (2012, p. 127), “Numa sociedade civilizada, são apenas os extremamente pobres que fazem por ofício o que outra sorte de pessoas procura por passatempo”.

Ainda convém lembrar que, o mesmo autor deixa claro que a educação também beneficia a economia de maneira indireta, pois as pessoas instruídas são mais conscientes na cadeia produtiva,

os trabalhadores são ordenados e colaboram com a hierarquia das posições econômicas. Isso porque:

Na Inglaterra e em todos os países católico-romanos, a loteria da igreja é na realidade muito mais vantajosa do que seria necessário. Bastam os exemplos das Igrejas da Escócia, de Genebra, e muitas outras igrejas protestantes, para nos convencer de que, numa profissão tão prestigiosa, na qual a educação é de tão fácil acesso, a perspectiva de benefícios muito mais módicos lançará nas ordens sacras um número suficiente de homens cultos, decentes e respeitáveis (SMITH, 2012, p. 169).

Sob o parâmetro da matriz que “o homem se constrói homem no e pelo trabalho” (SANTOS, 2010, p. 59), insere-se que a educação dá acesso à ciência e à tecnologia, fornecendo às pessoas meios para entender o mundo e seu papel nele. Seguindo a mesma linha de pensamento, os autores Silva e Amorim (2012) – que escreveram um artigo acerca do pensamento sociológico do destacado economista alemão Max Weber, que deliberava sobre a Educação –, sob o mesmo ponto de vista, destacam a fala do autor, pois para eles

“O homem se constrói homem no e pelo trabalho” (SANTOS, 2010, p. 59).

a educação é, segundo Weber, o instrumento que propicia ao homem a preparação necessária para o exercício de atividades funcionais adequadas às exigências das mudanças ocasionadas pela racionalização que o homem irá se deparar socialmente (2012, p. 1).

No entanto, faz-se necessário refletir sobre as considerações de Santos (2010) a respeito do modo de viver do homem e sua atuação para produzir sua existência. Para o autor, o homem que não domina o processo produtivo não é o proprietário do produto de seu trabalho, e não seria a relação entre educação e trabalho uma condição fundamental para o desenvolvimento econômico, até porque em suas pesquisas nos anos de 1970/80 o Brasil chegou ao patamar de 8ª economia mundial, e não tinha índices de educação e trabalho animadores na Amazônia. Ou seja, o Brasil cresceu economicamente, porém não evoluiu no grau de escolaridade, na produção de conhecimentos.

Para o autor, mesmo nos anos seguintes existindo políticas focalizadas para a educação e o trabalho, que eram e ainda são incipientes, fragmentadas e descontínuas, não se propiciou o desenvolvimento econômico da Amazônia, e em 2009 novamente o Brasil atingiu o patamar de oitava economia do mundo, agora com mais prestígio no mundo desenvolvido (SANTOS, 2010). Isso porque embora a economia do Brasil como um todo estivesse crescendo, grandes lacunas no sentido educacional ficaram e ainda estão abertas.

Em todo caso, “enquanto prática desveladora, gnosiológica, a educação sozinha, porém, não faz a transformação do mundo, mas esta a implica” (FREIRE, 1997, p. 16) como matriz principal do desenvolvimento regional, pois conscientiza o ser de sua realidade social, funcionando como uma espécie de motivador psicológico de sua transformação. Quando empoderados os indivíduos dotados

Nos anos de 1970/80 o Brasil chegou ao patamar de 8ª economia mundial.

de conhecimento, seu comportamento é transformado e passa a beneficiar não somente o desenvolvimento pessoal, mas também o de sua comunidade, sua região.

Num estudo desenvolvido por Guilhoto et al. (2010) sobre os mecanismos que contribuem para a redução das desigualdades regionais e fomento ao desenvolvimento, foi elaborada uma análise da matriz insumo-produto, que procura analisar as dimensões de empregos, salários e valores, adicionando à economia e aos diversos segmentos envolvidos nessa conjuntura, incluídas as implicações sociais e educacionais. Para o autor, é possível avaliar o impacto que diferentes estratégias setoriais, posto que diferentes estímulos da demanda total teriam sobre a produção total, o volume de importações e a massa de rendimentos, por classe de renda e no montante.

Em suma, Rolim e Serra (2010), que realizaram um estudo sobre as Instituições de Ensino Superior, lembram que transformar conhecimento em produtos inovadores é um desafio constante e que requer uma rede de relações entre instituições, cidades, regiões e atores sociais. O estudo confirmado por Strauhs et al. (2012) afirma não ser a competência organizacional o elemento principal, mas a soma das competências dos elementos que compõem a organização.

Por conseguinte, entende-se que os institutos federais são os portadores da transformação e organização do espaço, concentrando ensino médio técnico, subsequente e superior, o que mobiliza por sua demanda recursos humanos, técnicos e financeiros, e por consequência dinamizando as economias locais e regionais.

**Os institutos federais
são os portadores
da transformação e
organização do espaço.**

4 Em que Medida a Educação Propicia Desenvolvimento Regional

Os países desenvolvidos possuem elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH⁷) detêm considerável qualidade na educação e respeito, defendem o cumprimento das leis, punem a corrupção, impedem regalias e praticam a cidadania, em decorrência, desenvolvem-se (SALLES, 2006).

A própria “revolução industrial, que é nada mais nada menos do que o resultado de um investimento no conhecimento para a produção de técnicas com base no conhecimento científico” (OLIVEIRA JR, 2014, p. 1348) ocorreu primeiramente nos países desenvolvidos, porém não são todos os países do globo assim classificados. Desde os anos 50 os países subdesenvolvidos em geral pensam na educação como o grande propulsor do desenvolvimento econômico-social, criando expectativas otimistas relacionadas aos impactos que seriam advindos da adoção de políticas pública de educação; para isso universaliza o atendimento escolar, melhorando também a qualidade dos serviços prestados (SALLES, 2006).

No Brasil essas primeiras ações foram influenciadas pelo pensamento enciclopedista porque a educação esteve articulada ao desenvolvimento econômico, lembrando que este período foi marcado pelo contexto da Guerra Fria, e o conceito de crescimento econômico da época buscava integração dos países subdesenvolvidos ao sistema mundial capitalista, além de tentar responder problemas como desigualdade social, pobreza e indigência cultural vivido pelos países subdesenvolvidos, utilizando a falta ou precariedade da educação como explicação para as precárias condições socioeconômicas desses países (HOBSBAWM, 1995; ALVES; CORREIA, 2003; SALLES, 2006).

Após um balanço da ONU sobre a situação econômica dos países subdesenvolvidos na década de 90, articulou-se uma nova proposta de desenvolvimento econômico-social onde a CEPAL⁸ e a OREALC⁹ elaboram em conjunto, a ideia que serviu de base para a reforma da educação para a maior parte dos países da região. Nesta nova abordagem “o progresso técnico” constitui o elemento central

⁷ O IDH utiliza como critérios de análise a educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (esperança de vida ao nascer) e renda (PIB per capita).

⁸ Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), uma das cinco comissões regionais das Nações Unidas foi criada em 25 de fevereiro de 1948, para contribuir com o desenvolvimento econômico da América Latina e reforçar as relações econômicas dos países da Região, entre si e com as demais nações do mundo.

⁹ Oficina Regional de Educação para a América Latina e Caribe.

dos esforços de desenvolvimento econômico-social dos países da região, especialmente o Brasil, numa tentativa de reduzir as desigualdades sociais e os bolsões de pobreza do país (SALLES, 2006). Até porque o progresso tecnológico em si proporciona uma vida mais fácil e confortável aos seres humanos que possuem acesso a ele.

Era necessário aumentar a produtividade, melhorar a economia e por meio da educação seria possível alcançar os qualificadores e as disposições, já que o crescimento econômico só é alcançado quando o trabalhador entende e transforma ideias em produtos, tecnologias em recurso, ou seja, quando ele produz. É também neste período que no Brasil, a ideia de desenvolvimento a partir do conhecimento científico ganha novos aliados em vários campos da sociedade, sendo possível observar nos discursos o papel da ciência como atividade estratégica para o desenvolvimento do país, pois a utilização da ciência na vida do homem, independentemente da esfera social, busca resoluções de problemas, por meio da investigação, despertando-o para a democracia e evolução social, como cidadão cientificamente alfabetizado (GOMES et al., 2014).

Considerando que a tecnologia moderna representa muito mais que um mero estudo da técnica, pois promove o saber e o fazer, é um modo de produção que utiliza todos os instrumentos, invenções e artifícios, podendo ser considerada: tempo, espaço, custo e venda, já que é criada e recriada de forma metodologicamente organizada, sendo inserida num contexto social, político e econômico da sociedade capitalista (SILVEIRA; BAZZO, 2006). Permitindo ao homem precisão e controle nos resultados de suas descobertas, possibilitando dominar, controlar e transformar suas relações com o mundo. Em todo caso, Ferreira (2007, p. 10) alerta que:

Partimos do pressuposto de que para a realização de todas as funções e tarefas que estão articuladas com os procedimentos Técnicos e funcionais das novas tecnologias (nos domínios da programação, concepção, planejamento, gestão, controle e manutenção), são exigidos novos conhecimentos, novos comportamentos de carácter físico e cognitivo, que se consubstanciam num efetivo aumento qualitativo e quantitativo das qualificações e competências do fator de produção trabalho.

Portanto, a produtividade é o resultado do conhecimento, eficiência e transformação das técnicas e tecnologias. Não é possível esperar aumento da produtividade sem levar em conta os aspectos estruturais e institucionais que moldam uma sociedade, seja em economias basicamente agrícolas ou altamente industrializadas – até porque é o arranjo da atividade econômica –, seja no nível organizacional do trabalho ou no simples aumento de entrada de fomentadores do crescimento econômico, que vai propiciar o aumento da produtividade. Desta forma, observamos que pela educação e qualificação obtêm-se o arranjo institucional necessário para o bom desenvolvimento, local, regional e até mesmo mundial.

5 Que Tipo de Educação Propicia Desenvolvimento Regional?

Pesquisar e compreender que tipo de educação desenvolve uma consciência crítica e atuante é uma tarefa árdua. Haja vista termos tantas concepções de consciência quanto ao número de pesquisadores, faz-se necessário saber também como, para quê e que tipo de educação e sociedade queremos. Aqui no Brasil esta tem sido uma discussão constante, onde o Estado, por meio de programas, busca resgatar o sentido da educação. Como iniciativas, têm-se o Programa Mais Educação, criado pela Portaria

Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 7.083/10, e agora o **Novo Mais Educação**, criado pela Portaria MEC nº 1.144/2016 e regido pela Resolução FNDE nº 5/2016, que funcionam como alternativas indutoras do aumento da jornada escolar e desenvolvimento sustentável da educação através da formação do sujeito integral, programas que são importantes já que trabalham a base da educação (BRASIL, 2017a).

Por meio destes programas, é problematizada, em seu processo de execução, a organização da escola em relação à estrutura física e sua articulação com outros espaços, já que se amplia o tempo, o território e as oportunidades educativas (LECLERC; MOLL, 2012). Logo, se se quer formar um sujeito de forma integral, como ser político, histórico e social, faz-se necessário levar em consideração esta condição, principalmente porque a comunidade na qual a escola está inserida será a mantenedora do projeto.

Pensando na questão produtividade/trabalho é possível encontrar programas como: o Programa Universidade para Todos (PROUNI) foi criado e institucionalizado pelo governo do período por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, tendo por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica em instituições de ensino superior privadas. Em contrapartida, aquelas instituições que aderem ao programa recebem isenção de tributos.

Para Oliveira Jr. (2014, p. 1338),

as Universidades, como instituições de ensino, pesquisa, extensão e promoção social, assumem importância estratégica no processo de desenvolvimento. O conjunto de suas atividades passa a dar origem a uma força de atração de consumidores e empresas, contribuindo para gerar um crescimento econômico-social local/regional.

Mas de acordo com Catani, Hey e Gilioli (2006), o princípio do PROUNI é promover o acesso à educação superior com baixo custo para o governo, sem necessariamente preocupar-se com a finalização do curso por parte dos estudantes. Essa medida na prática atende principalmente às demandas do setor privado, pois regula as contas do Estado, que, por meio do aumento das isenções fiscais para as IES privadas, sustenta a imagem de um país que não daria calote aos seus investidores externos, garantindo que sua dívida é sustentável, já que as IES não possuem transparência na concessão das bolsas e maquiagem os balanços, dando a entender que foi um programa criado principalmente para atender a demanda do setor privado da economia.

Em 2008, numa tentativa integradora e expansionista do território brasileiro no quesito educação, o então presidente do período sancionou a Lei que criou 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia no país, transferindo aos institutos os centros federais de educação tecnológica (Cefets), escolas agrotécnicas federais e escolas técnicas vinculadas a universidades.

Sendo assim, os institutos nasceram com 168 campi, chegando a 311 em 2010, ampliando as vagas de 215 mil para 500 mil. Atualmente são 644 campi, alcançados assim em todos os estados e aumentando o número de vagas em cursos técnicos de nível médio, licenciaturas e de cursos superiores de tecnologia (BRASIL, 2008). Como mencionado anteriormente, as universidades impulsionam o crescimento, desenvolvendo os lugares onde estão instaladas, e novos campi, podem vir a ser polos de produção econômica (OLIVEIRA JR., 2014).

“Durante os últimos trinta anos, o reconhecimento da tecnologia como o motor do crescimento econômico tem provocado medidas de incentivo e suporte necessárias ao desenvolvimento tecnológico” (GIRON; AMORIM, 2007, p. 75).

De acordo com os autores do projeto, como os institutos se inserem na área de pesquisa e extensão, o desenvolvimento seria estimulado, pois estaria se buscando soluções técnicas e tecnológicas que estenderiam seus benefícios à comunidade, aproveitando assim o potencial da rede já existente. Dessa forma, estariam respondendo de forma ágil e eficaz as demandas crescentes por recursos humanos, difundindo o conhecimento científico e propiciando suporte aos arranjos produtivos locais (BRASIL, 2017).

Utilizando a teoria dos polos de desenvolvimento e considerando o espaço geográfico como noção de polarização, os polos passam a ser geradores de regiões, onde a apropriação da terra passa a ser o fundamento principal do planejamento territorial. Por meio das estratégias de desenvolvimento local, as novas aglomerações econômicas levarão a novos espaços de produção (OLIVEIRA JR., 2014). De acordo com a própria Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, na seção II, das finalidades dos institutos federais, no art. 6º, inciso IV, uma das finalidades e característica dos IFs são:

Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal (BRASIL, 2008).

Por meio destas instituições, acredita-se que ofertas de ensino técnico profissionalizante e superior alcancem cidades mais distantes, interagindo

com a área regional e promovendo dois níveis de aprendizado: a competência e a capacitação, creditando às Universidades seu papel de liderança no desenvolvimento regional (ROLIM; SERRA, 2009). Até porque, de acordo com os autores, na moderna concepção, acredita-se que as regiões com prosperidade de desenvolvimento são as que estabelecem um projeto político congregando seus diferentes atores, aumentando assim a competitividade da região, utilizando de forma intensiva e coordenada os conhecimentos existentes da e na região.

Desta forma, as atividades dos campi passam a atrair consumidores e empresas, assumindo importância estratégica no processo de desenvolvimento, gerando um crescimento econômico-social local/regional (OLIVEIRA JR., 2014). Para Gobel e Miura (2004), que realizaram um trabalho de análise do papel da Universidade no Município de Toledo-PR, foi destacada a importância da mesma como geradora de emprego e renda, como também recursos humanos locais

O reconhecimento da tecnologia como o motor do crescimento econômico tem provocado medidas de incentivo e suporte necessárias ao desenvolvimento tecnológico (GIRON; AMORIM, 2007, p. 75).

e regionais, disseminando o desenvolvimento tecnológico e liberando ao mercado de trabalho mão de obra qualificada.

Em 2011, por meio da Lei n. 12.513/2011, o Governo Federal criou o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) cujo objetivo é expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país (BRASIL, 2017). Para Martins e Cavaignac (2016), foi por meio da criação do lema: “Brasil: país rico é país sem pobreza”, e posteriormente com o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que se agregou distribuição de renda, acesso a serviços sociais e inclusão produtiva. É justamente neste último eixo que o plano se vincula ao PRONATEC, pois diz respeito à qualificação do profissional para inserção ou reinserção no mercado de trabalho. O indivíduo deixa de ser excluído e passa a ser incluído no mercado de trabalho que a cada dia exige profissionais mais qualificados.

Porém, Rota Jr. e Ide (2016), que realizaram um estudo sobre o desenvolvimento regional no Norte de Minas Gerais na década de 1960, alertam em seus estudos que o Norte de Minas recebeu investimento em educação de nível superior, mas também ação industrializadora da SUDENE e SUDEMINAS, e, por meio de isenções fiscais, incremento das redes de energia e de estradas na época. O discurso não somente promoveu educação, mas também melhoria de infraestrutura na região, resultando em crescimento e deixando claro que há muito ainda para se considerar quando se trata de educação e desenvolvimento regional.

Por outro lado, Rolim e Serra (2010) alertam para o fato de algumas Universidades estarem prestando serviço para o mercado nacional; apesar de estarem nas regiões, não estão trabalhando especificamente para a região, mas desenvolvendo conhecimentos universais, que capacitam os

alunos para o mercado de trabalho, mas não forma os discentes para o mercado de trabalho de suas regiões. Elemento importante a ser refletido, tanto pela sociedade como pela própria Universidade e/ou Institutos Federais, de forma a reduzir os obstáculos intervenientes ao desenvolvimento da região que estão inseridos, sendo um aspecto importante a ser considerado nessa interiorização do ensino neste momento.

Para Mina, Ramos e Rezende (2012), que realizaram uma pesquisa sobre os gastos médios dos estudantes, é destacado que os gastos com alimentação, lazer e saúde de todas as áreas do conhecimento são bem significativos no desenvolvimento local/regional. Além disso, se for considerado o peso relativo destes gastos, pode-se perceber que é muito diferente comparando os vários municípios que possuímos. Entretanto, pode-se compreender que não se trata de mais um gasto favorável, mas de uma continuidade de fluxo positivo para todos os envolvidos.

O indivíduo deixa de ser excluído e passa a ser incluído no mercado de trabalho.

Conclusão

Ao final deste artigo, faz-se necessário recapitular quatro de suas principais implicações. Em primeiro lugar, o papel do Estado enquanto organização política que, por meio das leis, regulamenta a vida da sociedade em busca de bem-estar comum a todos. Em segundo, o que se entende por desenvolvimento regional, que necessariamente envolve fornecimento e assistência de ajuda por parte do Estado às regiões menos desenvolvidas. Em terceiro lugar, como a educação influencia este desenvolvimento, haja vista que nossa sociedade é repleta de especificidades e possui vários interesses particulares, mas que são administrados por meio de interesses públicos e justamente por isso têm na educação a multiplicadora do empoderamento e eficácia da produção produtiva do ser humano.

Em quarto lugar, coloca-se como a educação que empodera o indivíduo, já que ela propicia o progresso tecnológico e por meio dele é possível obter eficiência na produção. Finalmente em quinto lugar, quando, por meio de vários autores, foi possível expor que a educação universitária aperfeiçoa e qualifica cientificamente o indivíduo de acordo com as necessidades regionais e locais, interagindo com os problemas em busca de soluções.

O artigo teve a finalidade de evidenciar, por meio de levantamento bibliográfico existentes, que o desenvolvimento regional depende da ação do Estado, da educação e da população local, conforme visto nas citações. Ficando também evidente que o Brasil tem investido nesta área por meio de Programas e Leis, cujo objetivo central é integrar o território, levar educação às áreas mais distantes e qualificar nossa mão de obra para o mercado de trabalho.

Não se pretendeu aqui esgotar o assunto, mas refletir sobre ele, pois conforme os estudos revelaram, foi possível perceber discordâncias por parte de alguns autores. Outrossim, percebe-se que o tema tratado está em constante mudança e que, portanto, não há como se finalizar ou concluir um conhecimento, deixando vertentes que merecem um aprofundamento maior e melhor de estudo.

Referências

- ALVES, J. E. D.; CORRÊA, S. Demografia e ideologia: trajetos históricos e os desafios do Cairo + 10. **Revista Brasileira de Estudos da População**, Campinas, v. 20, n. 2, p. 129-156, jul./dez. 2003.
- BAZZO, W. A.; SILVEIRA, R. M. F. Ciência e tecnologia: transformando o homem e sua relação com o mundo. **Gestão Industrial [Online]**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 01-12, jul./dez. 2006.
- BRASIL. Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Educação superior: institutos federais viram realidade**. 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ultimas-noticias/212-educacao-superior-1690610854/11864-sp-103278730>>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- _____. **Programa Novo Mais Educação**. 2017a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/programa-mais-educacao>>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- _____. **Pronatec**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pronatec>>. Acesso em: 01 fev. 2017b.
- _____. **Prouni – Programa Universidade para Todos**. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/o-programa>>. Acesso em: 01 fev. 2017c.
- _____. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. **Expansão da Rede Federal**. 2016. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>. Acesso em: 01 fev. 2017.
- CATANI, A. M.; HEY, A. P.; GILIOLO, R. Prouni: democratização do acesso às instituições de ensino superior? **Educar**, Curitiba, n. 28, p. 125-140, 2006.
- CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção teórica em economia regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 9-32, 2007.
- CHIAVENATO, I. **Introdução à teoria geral da administração**. 8. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- CIMA, E. G.; AMORIM, L. S. B. Desenvolvimento Regional e Organização do Espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 10, n. 2, p. 73-87, jul./dez. 2007.
- CUTRIN, G. **História global: Brasil e geral**. São Paulo: Saraiva, 1997.
- _____. **História global: Brasil e geral**. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.
- DINIZ, C. C. Celso Furtado e o desenvolvimento regional. **Nova Economia**, Belo Horizonte, v. 19, n. 2, p. 227-249, maio/set. 2009.
- DURKHEIM, E. **Da divisão do trabalho social**. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 1999.
- FERREIRA, J. M. C. Atualidade da construção do objeto científico da sociologia econômica. **RAE Eletrônica**, São Paulo, v. 6, n.1, p. 1-22, jan./jun. 2007.

- FLIGSTEIN, N. O mercado enquanto política: uma abordagem político-cultural às instituições de mercado. In: MARQUES, R.; PEIXOTO, J. (Org.). **A nova sociologia econômica**: uma antologia. Oeiras: Celta, 2003. p. 195-228.
- FLIGSTEIN, N.; DAUTER, L. A sociologia dos mercados. **Caderno CRH**, Salvador, v. 25, n. 66, p. 481-504, set./dez. 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- GIRON, E.; AMORIN, L. S. B. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 10, p. 73-87, jul./dez. 2007.
- GOEBEL, M. A.; MIURA, M. N. A universidade como fator de desenvolvimento: o caso do município de Toledo-PR. **Expectativa**, Cascavel, v. 3, n. 3, p. 35-47, 2004.
- GOMES, O. C. et al. CTS e alfabetização científica: possibilidades para uma educação mais compromissada através do programa ciência na escola. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE ENSINO DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIAS, 4., 2014, Ponta Grossa. **Anais...** Ponta Grossa, 2014. p. 01-12.
- GUILHOTO, J. J. M. et al. **Matriz de insumo-produto do Nordeste e estados**: metodologia e resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.
- HOBSBAWM, E. J. **Era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA (IPEA). **Brasil em Desenvolvimento 2010**: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: IPEA, 2010. v. 2.
- LECLERC, G. F. E.; MOLL, J. Programa Mais Educação: avanços e desafios para uma estratégia indutora da educação integral e em tempo integral. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 45, p. 91-110, jul./set. 2012.
- MACHADO, J. G. R.; PAMPLONA, J. B. A ONU e o desenvolvimento econômico: uma interpretação das bases teóricas do PNUD. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 17, n. 1 (32), p. 53-84, abr. 2008.
- MADUREIRA, E. M. P. Desenvolvimento regional: principais teorias. **Thema et Scientia**, Cascavel, v. 5, n. 2, p. 8-23, jul./dez. 2015.
- MARTINS, A. A.; CAVIGNAC, M. D. A política de assistência social e a promoção ao trabalho: uma análise do PRONATEC BSM com base em um estudo com egressos em Fortaleza-CE. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 6, n. 2, p. 139-154, out. 2016.
- MINA, R. V.; RAMOS, P. S.; REZENDE, M. L. Estudo dos impactos econômicos da expansão da Universidade Federal de Alfenas no município de Alfenas, Minas Gerais. In: SEMINÁRIO SOBRE A ECONOMIA MINEIRA, 15., 2012, Diamantina. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2012.
- NAZZARI, R. K. et al. Desenvolvimento, capital social e educação no Brasil. In: SEMINÁRIO DO CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS, 3., 2004, Cascavel. **Anais...** Cascavel, 2004. v. 1. p. 1-7.
- OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista da FAE**, Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, maio/dez. 2003.

- OLIVEIRA JR., A. de. A universidade como polo de desenvolvimento local\regional. In: SIMPÓSIO MINEIRO DE GEOGRAFIA, 1., 2014, Alfenas. **Anais...** Alfenas: UNIFAL, 2014. v. 1. p. 1337-1349.
- POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. 2. ed. São Paulo: Campus, 2000.
- ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. Instituições de ensino superior e desenvolvimento regional: o caso da Região Norte do Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 35, n. 3, p. 87-102, set./dez. 2009.
- ROLIM, C. F. C.; SERRA, M. Universidade e desenvolvimento: ser da região x estar na região. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2010, Lisboa. **Anais...** Lisboa: Centro de Estudos Africanos; Instituto Universitário de Lisboa, 2010. Disponível em: <<http://www.portaldoconhecimento.gov.com>>. Acesso em: 15 fev. 2017.
- ROTA JUNIOR, C.; IDE, M. H. de S. Ensino superior e desenvolvimento regional: o Norte de Minas Gerais na década de 1960. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 64, p. 143-164, jan./mar. 2016.
- SALLES, F. C. Breve histórico do pensamento econômico na educação brasileira. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”, 7., 2006. **Anais...** Campinas, 2006.
- SANTOS, T. F. A, M. Trabalho, educação e o desenvolvimento regional da Amazônia. **UNOPAR Científica, Ciências Humanas e Educação**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 59-67, jun. 2010.
- SILVA, J. A. M.; AMORIM, W. L. O pensamento sociológico de Max Weber e a educação. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v. 6, p. 100-110, Trim. I, 2012.
- SMITH, A. **A Riqueza das Nações**. Tradução Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. 2. ed. São Paulo: M. Fontes, 2012.
- STRAUHS, F. R. et al. **Gestão do conhecimento nas organizações**. Curitiba: Aymarará, 2012. v. 1.
- TAYLOR, F. W. **Princípios da administração científica**. Tradução de Arlindo Vieira Ramos. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- VICENTINO, C.; VICENTINO, J. B. **Olhares da História**: Brasil e mundo. São Paulo: Scipione, 2016.

- Recebido em: setembro de 2017
- Aprovado em: novembro de 2018